

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 12

O conceito de equidade na mobilidade urbana e a realidade da cidade de Salvador

Leila Marcia Neri Grave (*)

Mobilidade Urbana é um termo que tem surgido com mais frequência nas discussões atuais sobre a relação dos cidadãos com a cidade. Este conceito está para além da simples referência à locomoção. A meu ver, está diretamente associado ao direito de ir e vir, bem como às condições oferecidas para o exercício deste direito com qualidade, conforto, segurança e senso de coletividade. Entretanto, a mobilidade urbana na cidade de Salvador ainda guarda muitas desigualdades.

A urbanização, como fruto da Revolução Industrial, trouxe muitas vantagens para a vida do homem moderno, assim como diversos malefícios. Um dos impactos negativos desta forma de organização tem se dado no nível das relações sociais nos espaços públicos, cada vez mais impessoais, distantes e menos solidárias. Consequentemente, este individualismo exacerbado também se reflete na mobilidade urbana.

Apesar da necessidade de leis e normas de conduta para uma convivência coletiva saudável, as ações e projetos voltados para a mobilidade urbana por muitos anos se restringiram à resolutividade dos problemas de trânsito de veículos, não necessariamente nas demandas das pessoas.

Ou seja, foram fundamentados sobre pilares de uma lógica em que o espaço urbano é majoritariamente destinado aos veículos, sobretudo os individuais. Além disso, o poder público vem dando progressivos incentivos à indústria automobilística, em detrimento do transporte público coletivo. Isto só reforça o mito de que o transporte público é destinado apenas para quem não tem condições de possuir um veículo próprio.

Nesse sentido, o conceito de equidade faz-se como peça chave nas discussões sobre estratégias e ações para uma cidade mais sustentável, fazendo-nos questionar qual modelo de cidade desejamos para o futuro.

A etimologia da palavra “equidade” vem do latim e sua definição pode ser entendida como a forma de conceber igualdade tratando de forma desigual e justa os grupos que estão em desvantagem a outro(s), a fim de sanar as desigualdades. Este é um princípio presente na Constituição de 1998, justamente conhecida como Constituição Cidadã, marcada pela forte participação popular. Desta forma, muitas políticas públicas (de saúde, de reparação, de assistência social, etc) se sustentam neste conceito.

Destarte, também é possível falar em equidade na mobilidade urbana. Pensando no trânsito como o deslocamento de pessoas, isso exige levarmos em conta que elas interagem umas com as outras em um mesmo espaço, ainda que, à primeira vista, pareça que não. Sob um prisma mais crítico, é possível então afirmar que o trânsito nada mais é que um reflexo de nossas relações interpessoais, grupais e coletivas. Isso se dá à medida que as desigualdades sociais, etárias e de gênero, por exemplo, se expressam na estrutura viária, na oferta e qualidade do transporte coletivo, na quantidade de veículos individuais circulando pelas vias, nas estatísticas e indicadores de acidentes, dentre outros dados.

Salvador seguiu a tendência da maioria das grandes cidades brasileiras: investiu bastante no segmento de transporte individual em detrimento do transporte público coletivo. Este último é operado majoritariamente ônibus, cujos usuários encontram transtornos diários na prestação deste serviço. Demoram muito mais tempo do que deveriam para chegar ao seu destino, pois o ônibus não possui exclusividade no trânsito.

Existe uma linha férrea que liga alguns bairros suburbanos (região conhecida como Subúrbio Ferroviário), o qual se encontra em péssimas condições. Entretanto, o poder público apresentou recentemente um projeto de revitalização com sistema VLT. Além disso, existem também os planos inclinados e o elevador (Lacerda), que ligam a parte mais alta da cidade à mais baixa. Já os pedestres são aqueles que encontram maior vulnerabilidade no quesito segurança, sem vias acessíveis para caminhar.

Diante do quadro crítico que a mobilidade urbana apresenta na cidade de Salvador, o poder público tem lançado inúmeras ações de intervenções, como implantação de ciclofaixas, adesão de compartilhamento de bicicletas subsidiado pela iniciativa privada, projetos de ligações viárias, lançamento de edital para licitação do sistema de transporte coletivo por ônibus e investimento na linha férrea e no metrô.

Acredito que Salvador já começa a caminhar para a construção de outros valores sobre a mobilidade urbana, mas ainda de forma incipiente, pois essas ações exigem maior participação da sociedade. Essas medidas possivelmente trarão impactos positivos para mobilidade urbana da cidade, viabilizando melhor acessibilidade aos pedestres, maior oferta, qualidade e eficiência do transporte público coletivo e o incentivo a outros modos de transporte mais sustentáveis.

Promover a mudança de valores a respeito da dominação do automóvel, garantindo melhorias concretas no transporte coletivo e a redistribuição do espaço urbano para tal, para os ciclistas e pedestres é, sem dúvida, ir de encontro às iniquidades. Mudanças como tais poderão fazer com que os indivíduos passem a nutrir outros sentimentos e outra relação com o espaço

público: o de respeito pelo que é de todos, solidariedade e gentileza com seus próximos. Espero que não seja utopia o dia em que Salvador apresente um cenário em que negros, brancos, pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias dividam pacificamente os mesmos espaços na cidade

()Leila Marcia Neri Grave é Psicóloga e atua na cidade de Salvador-BA*